

Recentramento do Olhar nas Questões de Habitação *Territórios Relacionais Generativos*¹

Maria João Freitas *

Resumo: Do confronto entre opostos na leitura das questões habitacionais este texto apresenta a Habitação como um território relacional generativo, propondo uma recentragem do olhar e uma leitura das implicações de uma nova geometria de olhar o *habitat* e a definição da sua qualidade no debate sobre o(s) poder(s), a(s) política(s) e a(s) mudança(s). Esta recentragem do olhar propõe uma passagem de uma abordagem de objectos para uma abordagem dos processos relacionais generativos, e de uma abordagem centrada em oposições e distâncias, para uma abordagem que contribua para a compreensão e interpretação dos sistemas de acção social, susceptível de atentar às proximidades e posicionamentos relativos que se encontram em jogo nas coabitações relacionais entre factores de ordem e desordem, expressos para além das suas balizas racionalizáveis.

Palavras-Chave: habitação; qualidade do habitat; sistemas de acção; territórios relacionais generativos.

Notas Prévias

A problemática da Habitação, enquanto objecto sociológico, tem vindo a acompanhar, muito embora de formas diversas, o desenvolvimento da sociologia desde os seus primórdios. No entanto, a sua legitimação enquanto área de estudo sociológico sempre encontrou alguns revezes de percurso que contribuíram (e ainda hoje contribuem) para que não lhe seja reconhecido um corpo teórico sólido e consistente que sistematize todos os seus (não menos ricos e profícuos) esforços de conceptualização, operacionalização e análise. Esses revezes prendem-se sobretudo com o facto de se tratarem de abordagens muito sustentadas em situações empíricas; de se confrontarem geralmente com situações muito específicas, dinâmicas e complexas, cuja abordagem coloca muitas vezes dificuldades de legitimação de modelos; e com o facto de, ou a montante ou a jusante, estarem muito directamente ligadas a uma *praxis*.

A proximidade da sociologia de intencionalidades de acção remonta ao seu próprio processo

de afirmação e legitimação enquanto ciência social, mas o certo é também que esta proximidade sempre foi acompanhada de uma discussão sobre os seus limites e, sobretudo, sobre os necessários requisitos a salvaguardar, em nome da sua cientificidade. Os progressivos desafios que se foram colocando à sociologia ao longo do tempo acabaram por nunca ter deixado esmorecer esta discussão, podendo-se dizer que ela é hoje mais actual e generalizada do que nunca.

Obviamente que o percurso desta discussão não pode ser de todo alheio ao próprio percurso epistemológico e filosófico sobre o próprio conceito de complexidade, ao devir(?) da(s) sociedade(s) e ao papel do conhecimento e das diferentes ciências nesse (e para esse) devir (?).

Ora se nos concentrarmos especificamente no percurso do desenvolvimento da problemática e da análise das questões da habitação esta discussão acaba por se apresentar como central. Qualquer que tenha sido a especificidade de enfoques analíticos utilizados para a sua abordagem, e por mais restritos que por vezes se tenham apresentado, tem-se vindo a evidenciar:

* Socióloga Investigadora Auxiliar, Grupo de Ecologia Social, Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Contacto: mjfreitas@Inec.pt

¹ Este artigo foi baseado na Tese de Doutoramento intitulada "Habitação e Cidadania – no trilho da complexidade de processos relacionais generativos", ISCTE, 2001.



Foto de Miguel Baltazar

- a percepção de que múltiplos são os factores que jogam entre si no seu desenvolvimento e análise, de forma dinâmica, umas vezes conjunturalmente outras não;
- de que é difícil (senão mesmo impossível) utilizarem-se as teses de uma sociologia mais determinista, linear ou directiva na sua análise;
- de que se trata de uma problemática que, quando analisada numa perspectiva mais local, não se pode abstrair dos seus contextos ou manifestações ao nível global, e vice-versa;
- de que inevitavelmente a abordagem das questões da habitação se debate com a discussão da relação entre as lógicas dos actores e as lógicas dos sistemas, aos mais diversos níveis relacionais;
- de que essa abordagem se vê sistematicamente confrontada com a necessidade de abordar conceitos activos e dinâmicos decorrentes da própria evolução dos sistemas de valores sociais (como por exemplo os de autonomia, cidadania, participação...);
- de que as metodologias mais tradicionais de abordagem são por vezes insuficientes e não operatórias, e que por isso, se torna necessário reformulá-las e acreditá-las na sua reformulação quando aplicadas a esta problemática;
- de que quanto mais a sociedade exige e se baseia na produção deste tipo de conhecimen-

tos, maior é também a necessidade, para os seus produtores, de reflectir sobre o seu papel, os seus limites e potencialidades.

Todas estas percepções não seriam motivo de notícia ou reflexão se não remetessem para questões centrais ou mesmo fundamentais não apenas da própria sociologia, como da(s) sociedade(s) actuais, e se, no fundo, não remetessem para limiares de conhecimento que de momento colocam muito mais dúvidas do que certezas: a abordagem da complexidade com que estes objectos se apresentam e que hoje dificilmente se consegue negar.

A problemática da habitação apresenta "objectos complexos", é certo, porque estes se apresentam como multidimensionais, dinâmicos e múltiplos e variáveis na sua geografia de protagonistas e cenários de acção e desenvolvimento. O que aqui se proporá será precisamente a que se atente à *natureza relacional e processual* do habitat e do habitar, através de uma abordagem num quadro mais alargado da configuração do desenvolvimento de sistemas de acção social.

Hoje torna-se cada vez mais consensual que uma análise sociológica da problemática da habitação não pode ser reduzida a uma abordagem dos seus mecanismos de produção, embora estes não deixem de ser importantes. Múltiplos têm sido os esforços, de quem a esta temática se dedica, em também aprofundar o conhecimento das práticas que lhes podem estar inerentes, sobretudo ao nível do uso e apropriação dos espaços. Porém, a produção e práticas sociais inerentes à problemática da habitação não são esferas estanques, distintas, impermeáveis ou mesmo tangenciais nesta matéria. Não são, tão pouco, causa e efeito, nem também apenas espaços de acção específica a determinados actores em interacção, e por isso, as questões da habitação, mesma na sua complexidade, não podem ser entendidas apenas como um somatório ou uma interacção de "produções independentes". Para verdadeiramente se tornar operatória e desbloqueadora uma abordagem à complexidade desta problemática será necessário intentar quebrar com este olhar e começar a intentar viajar pelos interstícios dos seus processos generativos inerentes ao seu desenvolvimento.

Será, assim, na complexidade e dinamismo de profusão de práticas, relações sociais e desenvolvimento de processos generativos inerentes à prossecução de políticas públicas, à concepção e desenvolvimento de intervenções nesta matéria,

e à construção e desenvolvimento de estratégias individuais e colectivas dos diferentes actores no seu posicionamento face aos sistemas de acção que se constituem, que se afigura pertinente localizar a discussão que agora se apresenta.

Para a Equação de um Quadro Relacional Processualmente Generativo

Uma das rupturas na abordagem das questões da habitação, do *habitat* e do habitar a que convida o quadro de leitura que se vai apresentar neste artigo remete para a sua equação no quadro dos «poderes» em vez do de "mercado". Ou seja, em vez de um quadro de leitura centrado apenas numa lógica de posicionamentos relativos no mercado, ou seja, num quadro de oferta e procura de um bem, ou do ajuste necessário ou procurado entre uma e outra, defender-se-á que as questões da habitação, do *habitat* e do habitar são susceptíveis de serem lidas sobretudo num quadro relacional processualmente generativo de exercício e produção de poderes, num quadro de posicionamentos sociais relativos, num jogo de afiliações sociais e construção identitária na produção de quadros de vida referenciais e de vivência quotidiana balizados, nas suas necessidades e motivações, pela autonomia e capacidade produtiva de poderes relativos, por parte dos seus protagonistas e dos seus territórios relacionais.

O que aqui se tentará demonstrar será que as questões da habitação, do *habitat* e do habitar, não se confinam ao objecto que lhes dá o mote, para exigir um olhar que atente às especificidades do exercício e produção de uma cidadania, nas suas dimensões relacionais e de produção de poderes. Ou seja, uma leitura eminentemente política das questões da habitação, seja nas suas dimensões mais objectiváveis quer qualitativas quer subjectivas, subjacente à sua produção e desenvolvimento enquanto objecto intervencionável.

Modelo 1: do confronto entre opostos

Atente-se, no entanto, em primeiro lugar, e de forma necessariamente muito sintética, ao que caracteriza uma leitura das questões da habitação, do *habitat* e do habitar, centrada apenas nos limites materiais deste objecto. Dois

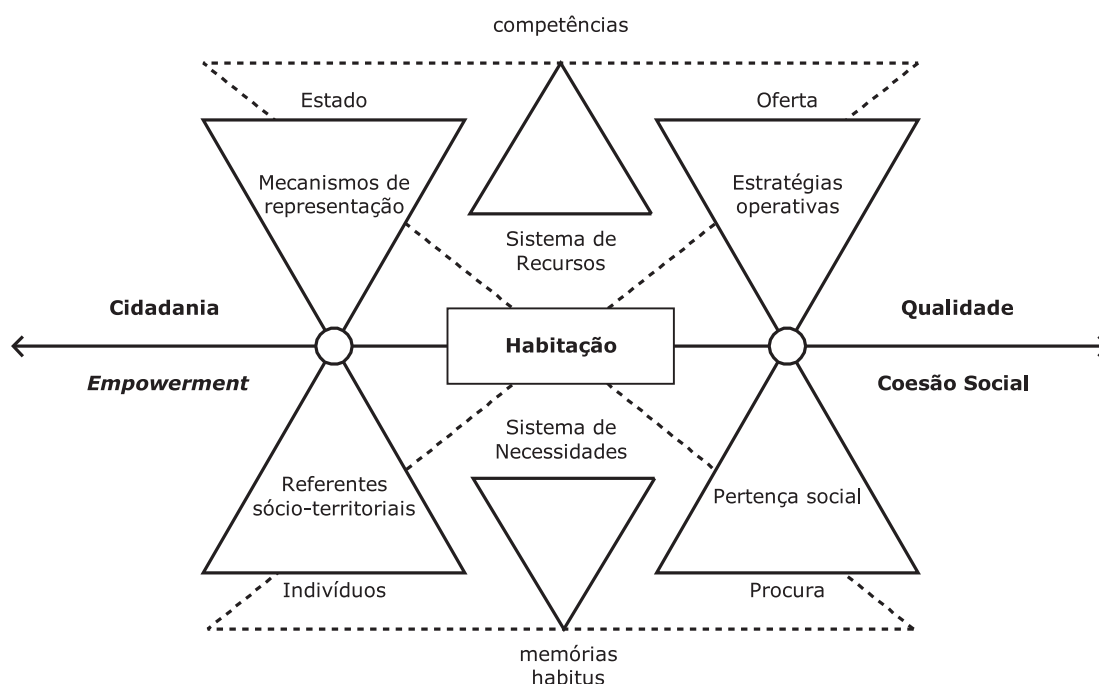
pontos de partida distintos podem ser evocados nesta abordagem. Por um lado, um quadro restrito de mercado orientado pela relação entre oferta e procura em torno do seu objecto, e por outro lado, a abordagem do papel do Estado e dos indivíduos num quadro igualmente centrado na estabilização e regulação de poderes instituintes e instituídos (cf. Figura 1).

Num e noutro, a procura de respostas para os dilemas que apresentam centra-se na resolução satisfatória dos pontos tangenciais ou intersticiais dos elementos que essas relações opunham. A procura e oferta de habitação encontrariam o seu ponto de equilíbrio na satisfação das necessidades quantitativas e qualitativas referentes a esse objecto. A relação entre indivíduos, por um lado, e Estado, por outro, seria resolvida satisfatoriamente no ponto de equilíbrio de um exercício de cidadania de legitimidade

representativa entre poderes instituintes e instituídos.

A regra do confronto de partes (cf. Figura 1) tem, no entanto, predominado quer na equação destes dilemas, quer nas sucessivas buscas de soluções para a sua leitura e resolução. Consequentemente, também, a regra para o encontro destas duas áreas tem-se baseado na sua independência mútua e no pressuposto da resolução dos dilemas decorrentes de cada um dos subsistemas. A uni-los um objecto – a habitação – em torno do qual se tem intentado respostas quer de aperfeiçoamento da relação entre necessidades dos utentes e qualidades intrínsecas à oferta, quer de esclarecimento de competências e responsabilidades entre o Estado e outros actores na definição de políticas públicas e na busca e prossecução de uma optimização dessa relação.

Figura 1 – Pontos tangenciais ou intersticiais dos elementos em relação e união entre bases de sustentação



Também subjacente a estas perspectivas de leitura do objecto, subsiste uma tendência dominante de resolução de ruídos conducentes à busca de equilíbrios capazes de unificar os diversos movimentos opostos das partes. Ou seja, o pressuposto de movimentos consensuais que suportam a resolução dos dilemas que separam as partes, e que viabilizam a leitura do fenómeno nas suas sínteses. Do ponto de vista de uma leitura sistémica, esta perspectiva focaliza ainda os seus interesses sobretudo nos movimentos de resolução de conflitos ou da inércia que ambos potenciam ou são capazes de observar, numa oposição de movimentos ou rupturas mais ou menos caóticas entre as partes.

Também é possível identificar pontos que unem um e outro sistemas e as suas partes, nas suas bases de sustentação: a discussão de competências, mecanismos de representação e de estratégias operativas na gestão de recursos, por contraponto a um esclarecimento de uma estrutura de necessidades balizada por elementos de memória, referentes socio-territoriais e pertenças sociais.

É também da união destas bases de sustentação que se podem encontrar conceitos como o de *empowerment* (Friedmann, 1996) e os fundamentos do debate da exclusão/coesão social em torno de objectos como o da habitação (Giddens, 1997), pelo que, um sistema ou outro, são susceptíveis de viabilizar.

Esta continua a ser, no entanto, uma leitura baseada em opostos que se encontram na necessidade de gestão de objectos comuns, postulando a força da acção colectiva sobre o campo da acção individual ou vice-versa. Este quadro de leitura encontra razões para o seu enunciado numa concepção sustentada pelo pressuposto de uma racionalidade quer de actuação individual, quer colectiva inerente à organização dos correspondentes sistemas de acção. A sua complexidade tem vindo a ser, também, procurada, assumida-se, sobretudo no poder das escolhas que esta racionalidade impõe.

Este quadro de leitura tem vindo a sustentar a habitação como um campo privilegiado de análise, compreensão e intervenção do (e no) movimento e actualização das expressões activas dos sistemas sociais que as suportam. Implicando estruturas, actores individuais e colectivos, componentes estruturantes passíveis de uma operacionalização espacial e temporal, componentes normativas e reguladoras, desejos e

acções, a habitação acaba por mobilizar os ingredientes necessários para poder ser equacionada como um objecto de excelência no quadro das mais variadas leituras sobre os sistemas sociais. Também ao nível da sua aplicabilidade para a leitura de vários elementos empíricos, esta grelha tem permitido evidenciar como a produção da qualidade habitacional é susceptível de uma leitura no âmbito da qualidade do *habitat* e do habitar, quer produzida ou viabilizada pelas estruturas que conformam o seu sistema normativo e regulador, quer igualmente construída pelos seus residentes, nos posicionamentos relativos que assumem face às estruturas em que nidificam e actualizam as suas vivências quotidianas.

Ponto intersticial da confluência entre sistemas de recursos institucionais e sistemas de configuração de necessidades e de acção, a habitação, enquanto objecto de análise, pode ainda ser considerada, neste quadro de leituras, como um território grávido de dinamismo na gestão das contradições ou confluência de interesses. Estes podem separar ou unir ambas as partes, mas acaba por ser em torno do objecto que se confrontam e encontram, na busca de soluções sistémicas que viabilizem o seu funcionamento, as tendências reprodutoras ou as consequências das mudanças que as suas diversas configurações e tensões possam induzir.

Dilemas e paradoxos: as proximidades e as irracionalidades

Mas o resultado desta leitura do sistema tende, no entanto, a persistir em legar como teoricamente irresolúveis dilemas e paradoxos, que, em contrapartida, demonstram que o seu funcionamento tem potencialmente capacidade de gerir na prática. Assim, da sua necessidade em se suportar teoricamente em opostos, distintividades e em distâncias, emergem sobretudo dilemas e paradoxos que se orientam por exigências de explicar as *proximidades* e pressupostas *irracionalidades* que sustentam o desenvolvimento dos sistemas na actualização e desenvolvimento da sua acção.

Interessa, no entanto, referir, que por *proximidades*, não se poderá considerar o oposto de *distâncias*, nem tão pouco o seu inverso, porquanto uma das razões da sua origem na formulação destes dilemas e paradoxos advém precisamente do facto desta dimensão comportar e implicar lógicas de manifestação, constituição e desenvolvimento diferenciadas das que subjazem

à de uma leitura baseada em distâncias e oposições. E será esta diferenciação de lógicas que conduz, por exemplo, a que se interrogue como e porque razão se justifica insistir e persistir num distanciamento analítico e lógico entre estruturas institucionais e sistemas de actuação na configuração dos sistemas sociais que cada vez mais se tem vindo a impor como processos de jogos relacionais complexos?²

Seria precisamente o impasse analítico de uma abordagem suportada por opostos das questões habitacionais que acabaria por sustentar a necessidade desta atenção. Estes impasses acabam por se intensificar especialmente, por exemplo, quer quando se atentava às relações entre os poderes instituídos e instituintes, quer na construção estratégica dos posicionamentos relativos dos actores, quer ainda nas discussões do desenvolvimento dos processos de exclusão socio-territorial. Estes acabavam por demonstrar que na prática as lógicas subjacentes à sua expressão e desenvolvimento acabavam por surpreender os instrumentais analíticos existentes na expressão e desenvolvimento das suas dinâmicas que se impunham como dinâmicas generativas, nem sempre baseadas ou conducentes a consensos, e sobretudo apresentando soluções de gestão e resolução dos conflitos que lhe eram inerentes que careciam de compreensão e explicação num registo que os pressupostos de distância e oposição não conseguiam abranger.

Por outro lado, a compreensão e explicação das motivações subjacentes ao desenvolvimento da acção social na configuração dos sistemas e dinâmicas sociais sustentava também dilemas e paradoxos que advinham de uma longa discussão em torno da racionalidade da acção social (Giddens, 2000). O pensamento sociológico desde sempre foi dominado pela advocacia do pressuposto desta racionalidade, se não na origem destas acções, pelo menos na sua estrutura. E se os esforços na identificação desta(s) racionalidade(s) foram evidentes, menor não foi a dificuldade em aceitar o seu oposto, pela necessidade em que a sua vocação se viu envolvida em explicar com *racionalidades sociais* o que sobejava de inexplicado. Deste esforço relevam-se, por exemplo, todos os preciosos contributos para a conceptualização e operacionalização do inesperado, "perverso", ou conseqüente a dialécticas

de composição, de que Boudon se tornou o porta-voz na sociologia europeia. Mas o "fantasma" de uma eventual irracionalidade da acção nunca deixou de amedrontar, ao mesmo tempo que atraía, a generalidade do pensamento social a braços com os pressupostos racionalistas fundadores da época moderna (Bonetti, 1998).

Uma vez mais, também nesta discussão se colocava a difícil tarefa de gerir, ou encontrar pontos de gerência de distâncias entre opostos a colocar acções e os seus efeitos na base de dilemas ou perplexidades que a introdução de "outras racionalidades" ou estratégias de desenvolvimento da acção social colocavam. O alargamento do campo de acção, com a introdução de conceitos como o da participação, partenariados e *empowerment* e a aceitação da sua dinâmica processual generativa abria também o leque de hipóteses de interações e desenvolvimento de dinâmicas sociais para o entedimento das quais o figurino de leitura racionalista, centrado apenas na motivação de uma centralidade atribuída a um objecto, se apresentava deficitário.

É neste grupo de dilemas que se pode encontrar um dos principais desafios colocados ao entendimento das necessidades sociais e do seu contributo para a qualidade habitacional, e razões para considerar o quadro de leitura anteriormente sintetizado como insuficiente para o entendimento desta problemática, uma vez que a centralidade passível de ser atribuída ao objecto habitacional não é suficiente para se entender ou tomar como variável explicativa no quadro de relações processuais que em torno dele, ou a seu propósito, se identificam.

Modelo 2: uma recentragem do olhar na gestão das proximidades

Dois aspectos motivaram, assim, a necessidade do desenvolvimento de uma proposta de recentragem de olhares. Por um lado a necessidade de atentar aos processos generativos de relações que objectos como a habitação implicam e lhes estão subjacentes. Por outro lado, a persistência de dilemas ou perplexidades na gestão entre distâncias e opostos, para o entendimento

² Aliás esta acaba por ser a tese de Saez (1997) quando propõe uma leitura não antagónica das teses convencionalistas e da negociação, acabando por defender uma leitura "horizontal" da cooperação. Saez acaba por advogar que "à la coopération passive normativement programmé, à l'enchainement séquentiel et hierarchique" se deva passar a pensar num "project d'une coopération dynamique qui 'horizontalise' les relations entre acteurs" (p. 43). Este é também o desafio que Gaudin e Novarina (1997), através dos textos que reuniram, introduzem para o debate sobre as políticas públicas e o papel da negociação.

da generatividade e complexidade destes mesmos processos e da sua matriz relacional na gestão de proximidades.

Neste sentido, a proposta de uma recentragem do olhar propõe uma *passagem de uma abordagem de objectos para uma abordagem dos processos relacionais generativos*, e de uma abordagem centrada em oposições e distâncias, para uma abordagem que contribua para a compreensão e interpretação dos sistemas de acção social, susceptível de atentar às proximidades e posicionamentos relativos que se encontram em jogo nas coabitações relacionais entre factores de ordem e desordem, expressos para além das suas balizas racionalizáveis.

Um percurso pelos meandros teóricos subjacentes à sociologia de Anthony Giddens e à recém-enunciada sociologia generativa de Michel Bonetti, viabilizou a ancoragem nas portas que deixam abertas à ousadia e ao desenvolvimento desta proposta. Embora com percursos distintos³, sem encontros referenciados na obra de um e outro⁴, importa atentar a três aspectos das suas obras que confluem para o reconhecimento da necessidade de uma reconstrução de objectos:

- a) a importância atribuída às dinâmicas processuais (*reflexivas*, chama inicialmente Giddens; *generativas*, chama Bonetti) da constituição e expressão dos sistemas sociais;
- b) as dimensões espacio-temporais como recursos e actores desses mesmos processos; e
- c) uma leitura política que sugerem, no quadro dos diferentes poderes que implicam e está subjacente a essas dinâmicas processuais.

Assim, no que para esta proposta agora interessa reter, ambos acabam por defender uma produção processual do real ou da acção social ancorada em, e por, espaços e tempos de acção individual, colectiva e institucional, e consequentemente, na sua dimensão eminentemente política de jogo de poderes decorrente dos posicionamentos relativos entre capacidades, recursos e estruturas enquadradoras à acção.

Giddens apresenta a "agência" como "fluxo contínuo de conduta" (2000, p. 14) e o conceito de acção como acarretando "logicamente o de poder" (*ibidem*, p. 16), explicando que "tal como

a regra, o poder não consiste numa descrição do estado das coisas, mas sim numa capacidade" (*ibidem*, p. 40). Adianta ainda, neste seu texto, que "os sistemas sociais, por oposição à estrutura, existem no tempo-espaço e são constituídos por práticas sociais" (*ibidem*, p. 51) e esclarece que "a relação entre poder e interacção pode assumir um duplo sentido: enquanto algo que se encontra institucionalmente envolvido nos processos de interacção, e enquanto algo utilizado para obter determinados resultados através da conduta estratégica" (*ibidem*, p. 81).

Por seu turno, Bonetti, sustenta a sua defesa de uma sociologia generativa no pressuposto de que "les relations sociales sont construites par des facteurs économiques, sociaux et culturels, mais aussi spatiaux, institutionnels et politiques. La combinaison et l'intrication de ces différents facteurs produisent des condensations sociales spatio-temporelles qui *génèrent dans chaque espace des processus sociaux spécifiques*." (1998, p. 5). Centrado sobretudo na abordagem de fenómenos urbanos, e defendendo "une perspective générative" dos "processus génératifs", recusa liminarmente as abordagens "qui réduisent ces dynamiques aux effets de la composition socio-économique des ménages confrontés à ces situations" (*ibidem*, p. 58), na defesa da tese de que "les habitants, mais également l'ensemble des acteurs, des dirigeants, des organisations et des responsables politiques, qui participent à la production et à la gestion des situations résidentielles, participent également à la construction de ces situations. La composition de leurs pratiques et de leurs modes d'intervention contribue à générer les dynamiques résidentielles." (*ibidem*, p. 58).

Ambos, também, neste quadro reflexivo, na terminologia de Giddens, e generativo, na de Bonetti, se *obrigam a questionar a racionalidade garantida da acção*, muito embora neste aspecto o seu encontro apenas possa ser considerado na abordagem que ambos acabam por fazer do inconsciente ou imaginário social. É este encontro acaba por acontecer quando utilizam o instrumental da comunicação e da significação das coisas, e no peso que atribuem às representações colectivas como recurso ao entendimento da mudança na continuidade, por oposição, por exemplo, a uma objectivação das necessidades ou motivações à acção.

³ A uni-los aparentemente apenas o facto de ambos terem dedicado uma importante parte da sua actividade ao apoio à decisão. Giddens desenvolve a sua actividade no contexto da sociologia anglo-saxónica, inscrevendo-a sobretudo num contexto académico. Bonetti, com um percurso formativo multidisciplinar, desenvolve a sua actividade num quadro institucional de investigação.

⁴ Apenas muito recentemente, e após longa produção autónoma, Giddens aparece referenciado na obra de Bonetti, quase que num espanto de encontro de pontos de interesse.

Neste aspecto, no entanto, Bonetti apresenta-se muito menos condicionado, na sua linguagem e na forma como estrutura a sua teoria, ao peso da reprodutibilidade dos sistemas, e mais atento às potencialidades inovadoras da capacidade generativa da acção. É neste sentido que é susceptível de ser encontrada uma maior força produtiva no conceito de generatividade dos processos enunciada por Bonetti, que emergem com uma força mais activa e interventiva, do que no enunciado de reflexividade de Giddens, que apresenta ainda uma carga predominantemente contemplativa.

De facto, no texto original da exposição da sua teoria da dualidade da estrutura que data de 1979, Giddens não consegue ainda demarcar-se completamente do "peso" das estruturas sobre a sua definição de sistemas de acção, nem sempre sendo claro quanto ao tipo de posicionamento ou relacionamento de algumas dimensões enquanto recursos, sobretudo as que são susceptíveis de merecer igualmente um enquadramento institucional. O discurso de Giddens, neste aspecto, ao se sustentar na dualidade da estrutura na justificação da imbricação complexa dos processos que dele e por ela ocorrem e se desenvolvem, acaba por recorrer a uma dualidade discursiva, nem sempre esclarecedora sobre a relação dos poderes nos sistemas de acção. Esta dificuldade no esclarecimento do processo conduz, por exemplo, que seja sobretudo ao nível da reprodutibilidade dos sistemas ou da sua resistência à mudança que as acções das instituições (o que é instituído) acabam por ser referenciadas por Giddens. Será com o desenvolvimento da sua teoria e em trabalhos posteriores, já da década de 90, que estas dificuldades analíticas apresentam enunciados mais esclarecedores, acabando por adoptar também a generatividade na sua terminologia. Bonetti, em contrapartida, atribui-lhes um contributo muito mais centrado na sua capacidade produtiva e transformadora nos sistemas, ou seja, menos determinista ou anuladora do desempenho da acção social na sua complexidade e da generatividade dos seus processos relacionais.

Contudo, a ideia de aprendizagem subjacente à incorporação dos conhecimentos produzidos ao longo dos processos, no seu próprio desenvolvimento, quer de forma mais reflexiva ou generativa, acaba por fazer encontrar estes dois autores na necessidade de equacionarem as

lógicas de autonomização dos actores, da acção e dos processos em que constantemente se actualizam, num quadro de manipulação de recursos que ambos anteveem como não tendo necessariamente que ser preestabelecidos, racionalizáveis ou instituídos na sua distribuição e apropriação. Ou seja, embora de forma nem sempre explícita, o que através desta formulação interessará reter é sobretudo a possibilidade admitida por ambos, do facto das autonomias poderem ser lidas num quadro figurativo de processos relacionais que para além de não terem de recorrer necessariamente a opostos ou interações de somas nulas, se desenvolvem precisamente em torno de uma gestão apurada e constantemente actualizada de quadros de posicionamentos relativos⁵ na produção de poderes.

É também no quadro deste entendimento que se encontrarão também argumentos para se vir a rejeitar a simetria entre a gestão de distâncias e a gestão de proximidades. Se a primeira está subjacente às propostas de leitura que conduzem aos pontos intersticiais de gestão de opostos, a segunda dificilmente encontrará nestes opostos instrumentos capazes de viabilizar uma leitura à sua complexidade processual e generativa. De facto, os pressupostos que possam orientar uma não têm de (e não podem) ser o inverso dos necessários à compreensão da outra. Gerir distâncias, no pressuposto de posicionamentos opostos e distintivos das coisas, comporta dinâmicas e dimensões bem diversas das que possam ser exigidas por uma gestão de proximidades. Se na diferença de movimentos que suportam uma e outra gestão será desde logo passível identificar matéria a explorar, as consequências da negação desta simetria reenviam para a necessidade de um equacionar do próprio olhar sobre o posicionamento relativos das diferentes dimensões a contemplar na sua compreensão e explicação.

Será esta também a discussão que se encontra na equação da gestão dos conflitos nos quadros de acção social quando trazidos para os cenários de contractualização ou negociação, no quadro da definição das políticas públicas, pela mão de Gaudin e Novarina (1997). Também neste trabalho, o que os diferentes contributos aí reunidos acabam por defender são os requisitos específicos de uma produção de poderes em *proximidade* relacional generativa, e como esta

⁵ Bonetti, neste aspecto é mais explícito, quando se ancora em Castoriadis para defender que "Contrairement à l'illusion développée par les chantres de l'individualisme, l'individu autonome n'est pas celui qui se sépare du contexte social dans lequel il est immergé, mais au contraire celui qui entretient une diversité de relations par rapport auxquelles il parvient à se situer clairement." (1998, p. 55)

proximidade pode incorporar dinâmicas outrora só interpretadas por pressupostos de distanciamento na gestão das conflitualidades inerentes aos processos de acção social. A propósito da utilidade da teoria da estruturação de Giddens, Verpraet (1997) defende que "la reformulation croisée des rapports entre micro-sociologie et macro-sociologie laisse place à des espaces et des jeux de négociation démultipliée, et pas seulement à la dialectique personnelle de l'acteur et du système" (*ibidem*, p. 133), para defender mais adiante que "c'est bien la formation d'un système d'acteurs, sa structuration qui est la condition du développement d'une négociation sociale. Dans les situations d'acteurs précaires, les conditions de négociation sont plus difficiles et moins productives, dominées par la mobilisation des ressources" (*ibidem*, p. 141).

A recentragem do olhar que se propõe parte assim de três pressupostos:

- a) o sistema de necessidades e motivações deve ser encontrado no quadro de composição de posicionamentos relativos entre os actores em que são considerados também os seus referentes, recursos e estratégias, no uso, produção e legitimação de poderes;
- b) esta composição é dinâmica, reflexiva e generativa, ou seja, relacionalmente processual;
- c) a gestão das proximidades, não sendo um processo simétrico da gestão de distâncias, necessita de instrumentais conceptuais e operativos não redutíveis nem aprisionados a opostos categoriais, remetendo, antes, para instrumentais capazes de integrar a complexidade e flexibilidade dos compostos ou territórios relacionais na compreensão da sua dinâmica generativa e processual.

Esta recentragem de olhar implica, assim:

- que em vez de uma relação de opostos gerida nos seus pontos intersticiais (cf. Figura 2.1), se considere o território relacional constituído pela *invasão* mútua das estruturas instituídas e instituintes na composição de territórios relacionais (cf. Figura 2.2);
- que considerando-se estes territórios relacionais, as posições relativas deixam de se jogar apenas no pressuposto de uma hierarquia distintiva de disputas e legitimações de poderes, para se passarem a produzir num quadro de generatividade desses mesmos poderes, capaz de comportar e gerir no seu seio diferenças e mesmo conflitos inerentes ao

desenvolvimento da acção social (cf. Figura 2.3);

- que a gestão desses poderes não se rege por uma lógica de somas nulas (para uns ganharem os outros tem de perder), no entendimento de um gestão de recursos limitados, mas antes por uma lógica que coloca o poder como produto e produtor processualmente generativo de necessidades, motivações e posicionamentos relativos na gestão de relações (cf. Figura 2.4);
- que estes territórios relacionais processualmente generativos se jogam e actualizam nas motivações e mobilização desses posicionamentos relativos na consolidação de satisfações, também elas processualmente generativas (cf. Figura 2.5);
- que nesses posicionamentos relacionais relativos são activados para além da manifestação de comportamentos, sobretudo referentes, representações e expectativas visionárias do próprio jogo de acção, susceptíveis de gerarem e produzirem regularidades, regras ou estratégias no pressuposto da sua própria dinâmica reflexiva;
- que, neste sentido, a capacidade de acção reside sobretudo na capacidade de leitura, por parte dos diversos actores intervenientes, da complexidade da configuração do próprio jogo e das potencialidades do seu desenvolvimento processual, capacidade para a qual contribuem as experiências vividas e a aprendizagem que a participação nesse jogo implica e induz;
- que a satisfação que uma determinada posição possa proporcionar ou as motivações para a sua consolidação ou alteração depende muito menos da sua situação objectiva, do que da sua situação relativa no território relacional e no processo em que esta se inscreve e é susceptível de se vir a desenvolver;
- que estes posicionamentos tomados numa dinâmica relativa e generativa de acção não se confinam, assim, nem ao tempo presente, nem aos espaços de uso ou actualização de interacções, fazendo destes, actores igualmente activos na manifestação desses posicionamentos relativos e dos territórios relacionais que produzem.

No quadro desta leitura de territórios relacionais processualmente generativos, a acção social acaba por se manifestar no jogo de posicionamentos relativos dos mais variados elementos de acção (sejam eles actores indivi-

duais, colectivos, institucionais; regras, normas ou desempenhos; espaços e tempos; factores de ordem ou desordem; certezas ou riscos; referências, representações, aspirações ou posicionamentos objectivos) e nos poderes produzidos e produtores destes mesmos jogos.

Neste sentido, a sua generatividade acaba por ficar bastante dependente da sua reflexividade, ou seja do processo comunicacional e da sua agilidade na gestão das proximidades e do desenvolvimento das autonomias que lhe são supostas. Também, a individualidade, a liberdade e a igualdade da acção, ao contrário de se verem asseguradas na distância dos outros, vêem-se encontradas na consolidação das autonomias envolvidas nos territórios relacionais processualmente generativos e na sua capacidade de afirmação na proximidade que implicam.

Os poderes são também, não apenas recursos a accionar ou a disponibilizar, mas produtos e produtores activos dos próprios territórios relacionais, bem como condição e garantes, na sua generatividade processual, da coesão destes territórios relacionais e do desenvolvimento das autonomias necessárias à gestão das proximidades exigidas. Neste sentido, não se pode falar, nesta hipótese de leitura, dos poderes enquanto apenas objecto de legitimação da acção. Eles apresentam-se como pressuposto activo dessa mesma acção, pelos movimentos de posicionamentos relativos em que se baseiam, que motivam ou induzem, à semelhança, aliás, das autonomias, dos espaços e dos tempos que a produzem, actualizam e orientam.

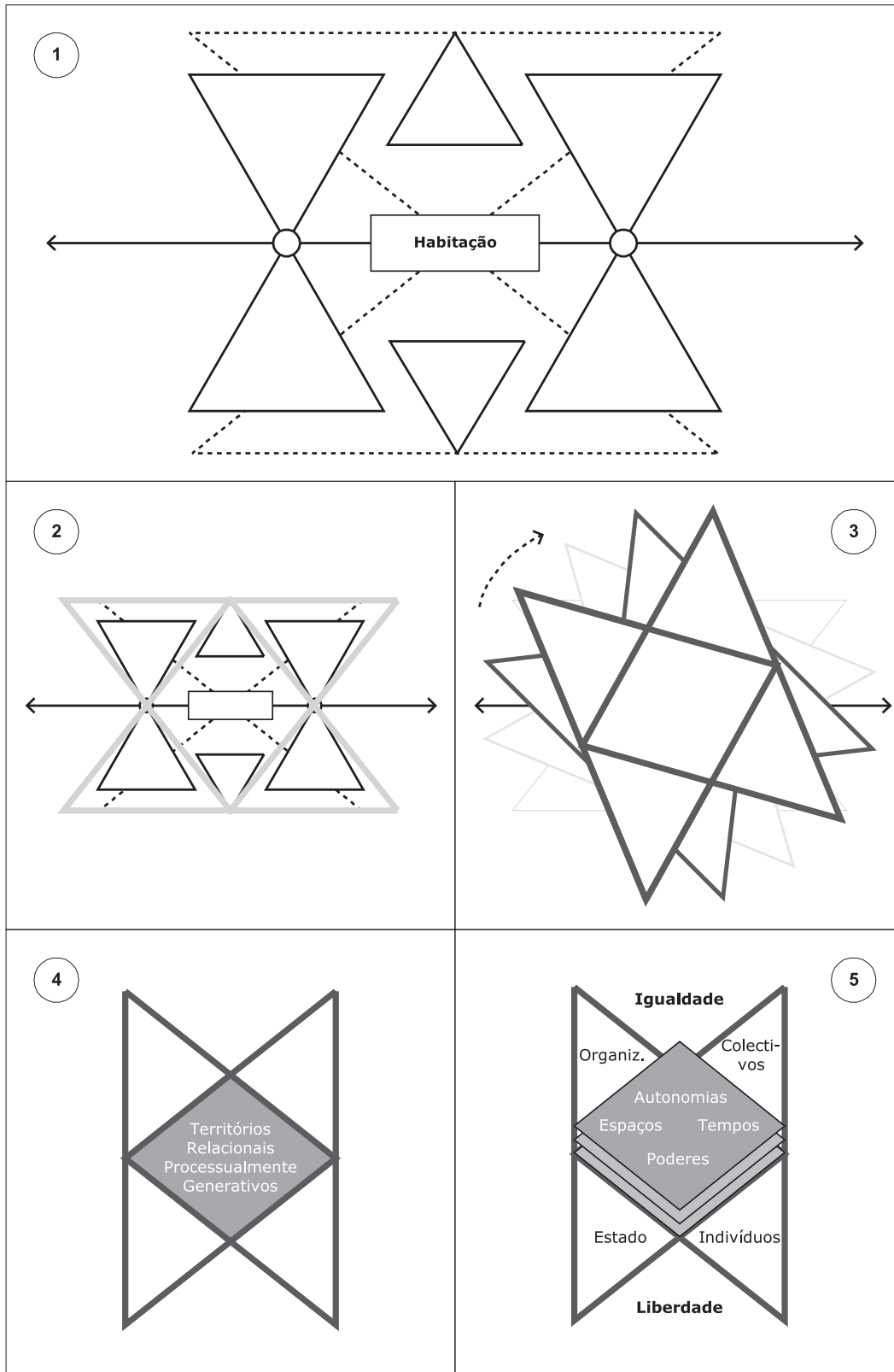
Também, através desta proposta de leitura, a oposição entre o que muda e o que permanece – equação profícua em legados de dilemas e perplexidades – sugere um outro enunciado. A saber, porque é que a defesa de posicionamentos sociais relativos satisfatórios aos vários intervenientes na acção social, que poderiam remeter sobretudo para movimentos de estabilização dos territórios relacionais, podem ser motivados e motivadores de movimentos de mudança destes mesmos territórios?

De facto, este enunciado coloca movimentos inovadores e conservadores como companheiros, e não como opostos mutuamente exclusivos, num jogo de gestão da sua proximidade, mesmo quando portadores de conflitualidades. Ou seja, coloca a gestão das diferenças e dos conflitos no seio da gestão das proximidades, como fazendo parte integrante da sua dinâmica para além das consensualidades ou consolidação identitárias que esta proximidade possa pressupor.

Ao romper com a oposição em exclusividade entre mudança e permanências (cuja resolução normalmente só é encontrada quando se discutem as permanências ao nível das estruturas e as mudanças ao nível das interacções individuais ao nível local), convida a que se busquem as suas razões na processualidade generativa dos territórios relacionais. E ao fazê-lo, comporta duas consequências fundamentais a esta discussão:

- a) *Por um lado, democratiza os seus territórios de desenvolvimento*, ou seja, viabiliza a que se discuta a diferença e a capacidade de mudança bem como a defesa de posições mais conservadoras ou reaccionárias a essas diferenças e mudança, no quadro do desenvolvimento das várias *autonomias* dos seus actores. Deixando de ser exclusivos das estruturas ou, por oposição, da actividade dos actores, as motivações ou reacções à mudança, acabam por poder ser lidas e produzidas no próprio processo generativo de posicionamentos relativos que aproxima, e coloca em acção, as dimensões ditas mais estruturais e estruturantes dos sistema de acção social. Assim, a reflexividade destes processos acaba por viabilizar o pressuposto de que os movimentos de todos os seus elementos actuantes podem ser motivados quer por necessidades de inovação, mudança ou estabilização nas suas acções na produção de posições relativas, independentemente da facilidade ou dificuldade equacionadas para e na gestão destas motivações e necessidades.
- b) Por outro lado, o segundo aspecto que esta formulação comporta, decorre precisamente dos *pressupostos que se podem colocar a esta facilidade ou dificuldade gestionária*. Ao colocar a discussão dos movimentos de mudança e de manutenção de estabilidades como companheiros na produção dos territórios relacionais, exige sobretudo a sua análise e discussão ao nível da *consolidação e produção dos diferentes poderes com que os diversos elementos da acção jogam, ou ambicionam jogar*, e não apenas ao nível das suas capacidades ou vantagens apriorísticas. Esta consequência induz a que se ultrapasse o peso de um certo determinismo reprodutor de poderes, ao abrir e permitir a sua discussão e actualização no seio, e a propósito, dos próprios processos relacionais generativos que configuram os quadros de acção. Também aqui, o pressuposto de que a gestão das diferenças apenas ganha acuidade quando debatida no entendimento das distân-

Figura 2 - Um recentramento do olhar



cias que as apartam ganha uma nova equação ao induzir à resolução dos seus conflitos numa lógica de proximidade que o desenvolvimento dos quadros de acção activados induzem e numa perspectiva de produção (e não apenas de reprodução) de poderes que estes potenciam.

É neste sentido que a discussão da mudança e das permanências encontra sobretudo pertinência no quadro de necessidades e motivações processualmente geradas pelos, e nos espaços; tempos; capacidades relacionais de afirmação individual, colectiva, institucional ou organizativa na gestão de posicionamentos relativos; e nos poderes que accionam, produzem ou ambicionam para a sua satisfação. E se se tentar ler as questões da habitação à luz deste novo postulado facilmente se verificará a descentragem de perspectiva que esta exige à sua abordagem.

A processualidade generativa dos territórios relacionais comporta, produz e joga, simultaneamente, movimentos de mudança e estabilidade nos sistemas. Este processo é igualmente desafiador, construtivo e produtivo de necessidades, motivações e satisfações. Neste sentido, não se pode somente falar de movimentos reactivos que conduzam à afirmação de uma ou outra tendência. Antes, devem considerar-se os movimentos generativamente produtores de configurações relacionais susceptíveis de se desenvolverem na gestão ou promoção das mudanças e estabilidades que simultaneamente comportam através da convivência, implicações e interacções mútuas dos seus actores e das diferenças e afinidades de que necessitam ou constroem na definição das suas estratégias de acção e das suas práticas.

A inovação, para além de poder ser encontrada na *capacidade reflexiva, generativa e criativa* destes processos relacionais, encontra, assim, terreno fértil à sua afirmação e desenvolvimento nas necessidades, motivações e satisfações que esses processos produzem. *Falar de inovação significa, assim, prestar atenção não apenas às especificidades de desempenhos dos vários elementos de acção, mas sobretudo aos territórios relacionais em que estas se afirmam, se desenvolvem e se actualizam na produção de posicionamentos relativos, autonomias, poderes, espaços e*

tempos de acção, e à própria criatividade das necessidades, motivações e referentes de satisfação que envolvem. Será precisamente esta capacidade criadora dos processos e territórios relacionais que marca a sua natureza flexível e a sua extraordinária permeabilidade à coabitação interactiva entre movimentos de mudança e buscas de estabilidade. Será, também nela que se poderão equacionar não apenas as forças produtivas e intervencionistas de todos os seus elementos (pela sua actividade directa ou passividade activa), mas, igualmente, a sua abertura à produção de novas necessidades.

Assim, os objectos lidos no quadro destes processos e territórios relacionais generativos, como as questões da habitação, do *habitat* e do habitar que particularmente nos interessam aqui, são, qualquer que seja a perspectiva adoptada na leitura destes territórios, objectos *intervençionáveis*⁶ e objectos políticos e de definição de políticas públicas⁷.

Um Objecto: a habitação enquanto território relacional generativo

Neste quadro de leitura serão, portanto, dois os eixos transversais, processualmente e generativamente inseparáveis e interdependentes, que merecerão especial atenção no desenvolvimento do olhar que se sugere sobre as questões da habitação:

- a) a dimensão relacional no que a gestão de proximidades entre o igual e/ou o diferente (afiliação social e construção identitária) produzem de autonomias na condução da acção, e
- b) a gestão comunicacional entre iguais e diferentes, nos seus mecanismos e consequências para a produção de poderes nestes territórios relacionais.

A transversalidade destes dois eixos na leitura das questões da habitação implica desde logo, o facto destas questões se desenvolverem numa processualidade generativa de relações que dependem sobretudo da sua produção de auto-

⁶ Esta adjectivação retirada dos trabalhos de Michel Bonetti (1998), visa, no entanto, esclarecer este atributo dos objectos, não apenas no que os torna susceptíveis de uma intervenção institucional ou terapêutica, mas no que eles comportam de potencialidades ao desenvolvimento de estratégias de produção de autonomias e poderes, ou seja, de produção de necessidades e motivações ao desenvolvimento de participações activas por parte de todos os seus elementos.

⁷ Como defende Gaudin e Novarina (1997) ao sustentar a pertinência dos processos de negociação para a definição de políticas públicas num quadro de acção polarizado, flexível e fluído, aberto a uma diversidade de actores e posicionamentos relativos vocacionados para a produção de poderes e autonomias.

mias e poderes que não se vêm restritas nem ao desenvolvimento de identidades por parte das populações, nem à partilha de poderes por parte dos poderes públicos legitimados.

As *identidades sociais* jogam-se no espaço público, na convivência e no confronto com o outro (o diferente), no conforto ou oportunidade dos iguais, mas também nas visões, expectativas e representações projectadas quer para os diferentes nós, quer para os diferentes outros, em módulo e em relação. As *autonomias*, definidas no âmbito destes quadros relacionais, constroem-se, por seu lado, *na produção de capacidades de gestão destas proximidades*, ou seja, nas capacidades de produção de estratégias projectantes (individuais e colectivas, privadas e públicas) susceptíveis de garantirem a sustentabilidade e o desenvolvimento de posicionamentos relativos confortáveis nesse jogo identitário. Os *poderes* produzidos, por seu turno, encontram-se sobretudo na capacidade de efectivação dessas autonomias nesses territórios relacionais, ficando, assim, as capacidades produtivas destes poderes, devedoras do tipo e agilização dos mecanismos de comunicação accionados neste jogo.

Os vários estudos (Freitas, 2001) que sustentaram as conclusões que se apresentam agora neste artigo permitiram ilustrar isso mesmo. O movimento ambulatório entre diferentes nós e diferentes outros (e mesmo entre diferentes eus nos posicionamentos relativos face aos nós e aos outros) marca, como traço contínuo, a construção estratégica do posicionamento relativo dos actores (públicos e privados, individuais e colectivos) face às, e nas, várias dimensões espaciais analisadas.

O *Estudo 1* – "Estado e Mercado: quando o futuro se chama qualidade", que analisou sobretudo o posicionamento por parte das políticas públicas no quadro da habitação – ilustrou como um entendimento de um certo alheamento ou distanciamento da cena de acção por parte do poder central, justificado na reserva de um papel de regulação do jogo e escudado por princípios de subsidiaridade, ajudou a construir um cenário relacional quase de auto-exclusão face a chamadas insistentes desse mesmo cenário, e consequentemente uma posição enfraquecida face às exigências dos processos gerados.

O *Estudo 2* – "PER: um Programa de Intervenção de âmbito nacional: despertares de uma acção local" – demonstrou como os actores locais legitimados no exercício do seu poder acabavam por reproduzir a actuação do poder central na escolha dos seus posiciona-

mentos relativos no território relacional, numa postura sobretudo defensiva, não obstante lhe poderem ser reconhecidos despertares para a generatividade dos processos em que desenvolviam as suas acções.

O *Estudo 3* – "Satisfação Residencial: subjectividades versus objectividades";

O *Estudo 4* – "Modelos de Habitar: duas linguagens faladas em seis idiomas";

O *Estudo 5* – "Exclusão Social em Cenários Residenciais: Huit-Clos, Efeito Sandwich ou os outros mundos de Alice" –, não obstante as suas especificidades de orientação de olhar, apresentaram como os actores individuais, por seu turno, estruturavam as suas necessidades e satisfações com base numa leitura relacional do sistema de acção, orientando os seus movimentos sobretudo por estratégias de angariação de posicionamentos relativos mais confortáveis ao desenvolvimento das suas práticas. Ilustraram, também, que se as balizas à construção dessas estratégias são colectivamente produzidas no registo referencial (imagens, representações, aspirações) e processual, as suas respostas tendem a ter dificuldade em se afirmar colectivamente e são sobretudo intentadas e construídas ao nível individual. No entanto, subjacentes a estas respostas individuais foi possível enunciar fenómenos e dinâmicas de natureza social e colectiva sobretudo balizadas por estratégias de construção identitária. Nestas fundamentou-se a busca das suas satisfações, a construção dos seus processos de mobilidade, as reacções a situações exclusionárias ou de auto-diferenciação encetadas, e o próprio movimento, inovação e mudanças capazes de introduzirem à reformulação de equilíbrios que procuravam ou intentavam produzir nos sistemas relacionais em que eram participantes.

O *Estudo 6* – "PER Cascais: Aprendizagens num percurso de produção de autonomias e poderes" – deu conta da enorme variedade de protagonistas que podem ser encontrados na produção e gestão destes sistemas relacionais, e como uma postura de abertura e participação activa dos actores locais legitimados não enfraquece a sua acção, antes é susceptível de acelerar o próprio desenvolvimento dos territórios relacionais em que se inscreve, mesmo quando de situações potenciadas por conflitos ou posicionamentos diferenciados se trata. Esclarece, também, este estudo quanto às novas exigências de uma gestão de proximidades, quer na sua dimensão de aprendizagem colectiva, quer nas suas consequências construtivas de autonomias e de produção de poderes.

O *Estudo 7* – "Gestão do Parque Habitacional de Arrendamento Público: proposta de uma leitura de uma matriz nidificadora de formulação de um problema" –, por seu turno, especificou como mesmo a enunciação de problemas e as exigências organizativas para a sua resposta podem assumir uma importância fulcral no comando da discussão das questões dos poderes no quadro da definição de políticas públicas, quando lidas à luz de uma matriz ou estrutura relacional de nidificação e desenvolvimentos de projectos interventivos em territórios relacionais processualmente generativos.

Estas leituras e estes resultados permitiram, assim, que se sintetizassem os seguintes reptos à reflexão que lhes é transversal nas suas exigências:

- a) qualquer que seja o nível de abordagem adoptado das questões da habitação e do *habitat*, as fronteiras entre presumíveis opostos como as dimensões da oferta e da procura ou de dinâmicas colectivas ou individuais, são sempre muito ténues quer em hierarquias de posicionamento relativo dos actores no exercício dos seus poderes, quer em influência dos variados sistemas de referência, identificação e accionamento de recursos;
- b) a regra da não exclusividade (e por isso de não oposição simétrica) entre níveis analíticos, posicionamentos adquiridos, conquistados, ou produzidos, e regras ou valores de referência, impõe-se quando se equacionam os sistemas de acção enquanto processos relacionais generativos;
- c) que mais do que a natureza dos objectos ou que as especificidades dos diferentes actores que com ele se relacionam, na análise das questões habitacionais está-se sobretudo em presença de um sistema relacional processual que rompe com as suas fronteiras enquanto objecto na estrutura de necessidades relativas;
- d) que uma das características transversal à expressão destes processos é a sua própria sensibilidade, mesmo que não racionalizável, à sua capacidade generativa e aos movimentos da mais variadíssima ordem susceptíveis de decorrerem dos posicionamentos e estratégias relativas, quer dos actores quer dos sistemas de referência e recursos disponibilizáveis, na produção de necessidades e territórios relacionais;
- e) que será no quadro destes territórios relacionais, na sua complexidade e processualidade generativa, que se encontram tolerân-

cias e poderes vários face à sua satisfação, e nelas motivos para a reprodutibilidade ou mudança de posicionamentos e dinâmicas relacionais com e em torno de um objecto;

- f) que o facto deste jogo processual se reger por regras generativas de posicionamentos relativos no seio destes territórios relacionais, os torna absolutamente permeáveis a mudanças, independentemente do seu sentido ou intencionalidade racionalizável, ou mesmo motivações intrínsecas, e permite a produção e desenvolvimento de poderes que de outra forma tenderiam a ser minorados e menos eficazes.

Se a transversalidade de uma gestão identitária se demonstrou por demais evidente nas opções e construção de estratégias entre residentes, ela define, igualmente, os posicionamentos estratégicos entre actores públicos ou colectivos de representação, bem como a construção dos territórios relacionais em que uns e outros se encontram. A ilustrar este facto encontram-se exemplos sobretudo quando se observa o quanto o distanciamento ou proximidade (nas atitudes e nos comportamentos) dos actores públicos dos territórios que elegem para desenvolvimento da sua acção podem vir a determinar atitudes e comportamentos igualmente distantes ou próximos dos restantes actores, ou vice-versa, e por isso a própria configuração dos territórios relacionais.

Esses estudos também permitiram evidenciar que as diferentes dimensões espaciais, na sua permeabilidade, mais do que balizadoras de uma acção social, participavam activamente nessa acção pelos significados ou pelas leituras que delas eram esperadas ou acabavam por induzir na construção dessas mesmas estratégias. Para além do seu valor de uso – quer como cenários de vivência quotidiana aos seus residentes ou objecto motivador de intervenções concertadas – verificou-se, ainda, que as dimensões espaciais participavam activamente na relação comunicacional, não apenas como meio ou canal comunicacional, mas como sistemas de códigos e mesmo como "falas" susceptíveis de interferirem nessa relação. Os modelos de habitar, nos seus processos construtivos e sobretudo nas suas implicações expressivas são exemplo desta dimensão participativa dos espaços. Mas também a forma como o espaço, nas suas manifestações de provocação ou convite a uma maior afinidade ou afastamento

destes protagonistas, sustenta a construção das suas necessidades, satisfações ou referentes representativos, deve ser lembrado na sua força indutora de territórios relacionais mais ou menos exclusionários, mais ou menos permeáveis à manifestação e produção de autonomias e poderes.

Por outro lado, ainda, os diversos estudos evidenciaram a actividade da dimensão temporal e a sua participação na construção e desenvolvimento destas estratégias identitárias e comunicacionais. A participação temporal encontra-se na consolidação ou solidificação dos vários posicionamentos relativos, mas também na continuidade quase histórica que assegura ao desenvolvimento dos seus territórios. É nesta actividade da dimensão temporal que foi possível verificar como eram construídas imagens, representações e expectativas de desempenhos, mas também o como e o porquê de alguns movimentos nas estratégias encetadas e nas dinâmicas generativas de resolução ou de bloqueio à autonomização e produção de poderes nos territórios relacionais. O tempo produz experiências e sobretudo solidifica-as nos sentimentos e atitudes que lhe são associadas. Um tempo longo de distâncias e abandonos ou de incomunicabilidades entre protagonistas de uma mesma acção participa tão activamente na construção de um território relacional, como as próprias intenções ou estratégias que nunca lhe são alheias e possam estar subjacentes ou sejam manifestas por outros actores individuais ou colectivos neste jogo. Mas outras dimensões temporais devem e podem ser aqui também equacionadas sobretudo no quadro da gestão da comunicação. O tempo também aqui intervém através dos ritmos e da perenidade que assegura a estes processos, para além de ser fundamental à compreensão da agilização do próprio processo comunicativo sempre que ele envolve diferentes temporalidades de referência.

De facto, para além dos próprios territórios relacionais poderem apresentar um tempo que lhes é próprio, em dinâmica, ritmo ou expressão, este não é um mero somatório dos tempos por que se podem reger os restantes participantes na acção, e também não os anula nas suas especificidades quer mensuráveis quer simbólicas. E este aspecto revela-se especialmente importante porquanto é na gestão das suas diferenças, mas também na actualidade das suas proximidades nos territórios relacionais em que se encontram que a sua força interventiva se sente. Exemplos

desta pressão e dos seus efeitos podem ser encontradas quando em processos de intervenção se confrontam tempos políticos, técnicos e sociais nos ritmos e exigências das suas dinâmicas. Mas também estes exemplos podem ser lembrados, quando se discutem linguagens e idiomas nos seus processos comunicativos e de construção identitária na conquista ou construção de posicionamentos sociais relativos e nos movimentos de inovação ou mudança que induzem na configuração dos próprios territórios relacionais.

As autonomias e os poderes, produzidos em torno das questões da habitação, do *habitat* e do habitar, acabam, assim, por se revelar, na direcção e sustentabilidade com que as dinâmicas socio-territoriais se apresentam. Ou seja, na sua capacidade inovadora ou reprodutora de territórios relacionais, e nas situações de viabilização ou bloqueio com que estes se confrontam. A gestão simultânea da ordem e do caos com que os territórios relacionais se confrontam necessariamente na sua processualidade generativa, emerge assim, como o garante da sua sobrevivência e vitalidade. A ordem por si só, bem como o caos, neste caso, são susceptíveis de provocar o imobilismo e a morte dos próprios territórios relacionais, e conseqüentemente, dos territórios socio-espaciais em que estes se expressam. A história do urbanismo é profícua em casos destas eminências. Acontece, porém, que nos seus limites de abstinência de autonomias e de produção de poderes – mais do que nas especificidades dos seus residentes ou produtores, ou nas capacidades intrínsecas dos elementos constituintes destes territórios –, se podem encontrar os motivos à sua activação.

O facto de se tratar de uma produção de autonomias e poderes que condiciona também a produção processualmente e generativamente do território de motivações, necessidades e satisfações implica, assim, que quando se aborda a problemática da qualidade habitacional se esteja sobretudo face a uma questão de qualidade relacional e comunicacional dos territórios socio-espaciais em que esta se desenvolve. São estas duas qualidades que merecem uma leitura especialmente atenta no quadro deste trabalho. É ao *descentrar a leitura das necessidades e motivações dos objectos habitacionais e ao recentrá-la nas dimensões relacionais que as questões da habitação passam a assumir precisamente um estatuto intervencionável e político*, com uma nova

geometria e um muito mais amplo espectro de manifestação e desenvolvimento.

As questões da habitação não são assim, apenas intervencionáveis na sua dimensão de uso/apropriação e/ou produção. Elas são *intervencionáveis pela natureza da sua dimensão relacional e produtiva de autonomias e poderes processualmente generativos*. São intervencionáveis *pela acção directa dos seus elementos relacionais*, mas também *pelas referências visionárias à construção das suas estratégias na relatividade dos seus posicionamentos, e pelas escolhas comunicacionais que implicam a sua efectivação, reconhecimentos e exercício de poderes*. Ou seja, *são intervencionáveis, sobretudo na sua dimensão política*, que não deve ser confundida apenas com a sua dimensão governativa institucional.

É neste aspecto visionário, que não é exclusivo das instituições legitimadas no exercício dos seus poderes, que se joga, assim, o valor dos diferentes cenários habitacionais, do *habitat* e do *habitar*. A sua dimensão política sustenta-se, assim, pela participação democrática e relacional que implica, e pela produção de poderes que ambiciona à sua efectivação por parte de todos os seus elementos constituintes. As questões da habitação não se apresentam aqui como questões políticas, então, pela simples partilha ou confronto de poderes que possam implicar, mas antes, *pela legitimação da capacidade produtiva desses poderes nos territórios relacionais em que se encontram, como ambição, pressuposto ou garante à sua sobrevivência e qualidade*.

Implicações para uma nova geometria de olhar – poder(es), política(s) e mudança(s)

Obviamente que esta proposta de leitura das questões habitacionais convida, num imediato, a que se interroguem, por um lado, as condições objectivas dos seus elementos à participação neste jogo na sua igualdade de oportunidades e, por outro, as condições necessárias à efectivação desta participação por parte dos seus diversos elementos na produção do próprio jogo e dos seus poderes. Serão nas dimensões produtivas de

poderes, de políticas e de mudanças que se deverá ensaiar a sua equação.

A dimensão relacional aqui atribuída às questões da habitação convida a que o ponto de partida para a sua discussão deixe de se focalizar necessariamente no que se "tem" (objectos) ou no que "se é (in)capaz de ter" (recursos individuais ou colectivos) para sobretudo se orientar para as capacidades que os próprios sistemas relacionais apresentam ao desenvolvimento das potencialidades que possam estar inerentes à existência ou posse de objectos ou capitais de uso e à produção de poderes.

As duas questões antes enunciadas, decorrentes de uma leitura das questões habitacionais num quadro relacional, são merecedoras de atenção sobretudo pelos desafios que, neste quadro, colocam à operacionalização de estratégias participativas na produção de poderes. Nestas, os objectos que as podem motivar são desactivados do seu posicionamento passivo ou de recepção destas mesmas estratégias, enquanto fins em si mesmos. No caso das questões da habitação, isto significa que não são redutíveis às qualidades intrínsecas da produção habitacional ou ao uso que lhes é dado pelos seus utentes mais directos. Estes objectos também não podem ser reduzidos a uma posição apenas materialmente instrumental (um meio para atingir um fim, como a satisfação residencial que podem provocar num contributo directo para a qualidade ou qualificação habitacional, por exemplo). O estatuto destes objectos passa a ser o de actores, ganhando sobretudo uma actividade que ultrapassa as suas qualidades intrínsecas, ao ser activada também nas representações e visões projectadas que comportam, e na capacidade de interagirem e influenciarem o próprio processo de posicionamentos relativos dos restantes actores.

O *primeiro desafio* que esta leitura coloca à operacionalização de estratégias participativas na produção de poderes nos quadros qualificativos da habitação, do *habitat* e do *habitar*, confronta-se assim com a necessidade de reconhecimento da "virtualidade"⁸ dos seus objectos. É nas suas potencialidades e sobretudo nas potencialidades do seu posicionamento relativo nos territórios relacionais que será preciso equacionar e debater a sua proficuidade e actividade produtiva de qualidades. *Os objectos não "são". Os objectos vão "sendo" no movimento dos próprios territórios*

⁸ Por "virtual" aqui considera-se sobretudo a capacidade que os objectos materiais ou as situações vivenciais comportam em potenciação de sentimentos, ou seja, dos contributos que potencialmente comportam para a sua realização quer em termos referenciais quer em termos de vivências relacionais objectivas e subjectivas.

relacionais em que participam. É a dimensão do(s) poder(es) e da sua produção que esta nova geometria dos olhares implica nesta formulação.

O *segundo desafio*, decorrente desta concepção, prende-se com a gestão da própria processualidade da produção e capacidade produtiva na gestão identitária dos posicionamentos relativos referenciados, ocupados ou ambicionados pelos elementos participativos na formação destes territórios relacionais. Também, aqui, *estas identidades e posicionamentos não "são", mas vão "sendo" construídas, reequacionadas e reavaliadas.* As posições dos seus elementos deixam de ter legitimação na cristalização dos seus estatutos instituídos ou objectivos, para dependerem sobretudo das suas estratégias relacionais e da proficuidade das suas autonomias na viabilização produtiva de poderes que comportam.

As estruturas organizativas e organizacionais destas estratégias nas suas "virtualidades" relacionais passam a ganhar também um relevo que se sobrepõe à sua própria constituição ou qualidades intrínsecas. E neste sentido, estas exigências ultrapassam a sua simples formalização, remetendo a produção da sua dimensão política, também, para a processualidade da sua generatividade no jogo relacional de conquista e para a produção de posicionamentos relativos e das autonomias implícitos à sua gestão por parte de todos os seus elementos constituintes.

Ainda um *terceiro desafio* prende-se com a gestão do seu movimento, ou seja das próprias mudanças a que estes quadros relacionais se tornam sensíveis quer por consciencialização estratégica (inovação), quer pela própria capacidade geradora de movimentos que estes territórios relacionais produzem ao conterem ou desenvolverem os poderes que os tornam activos. As mudanças e as inovações, neste contexto de leitura, são passíveis de serem encontradas e/ou produzidas, também, mais no que vai sendo produzido em relação relativa (competências, autonomias, poderes, referentes, estatutos, posições, necessidades, qualidades relacionais) do que nos ganhos objectivos e parcelares a cada elemento⁹.

Esta questão é sobretudo importante quando se discutem desigualdades ou processos de exclusão destes sistemas de produção de poderes. A relatividade de posicionamentos sociais

pressupõe diferenças e afinidades jogadas na construção estratégica de identidades. O que, porém, esta recentragem de olhares obriga na abordagem destes posicionamentos relativos é a que se debata sobretudo as suas consequências relacionais, mais do que as características em absoluto de cada um deles na sua capacidade produtiva de poderes. Ou seja, que se debatam as questões da igualdade de oportunidades no quadro dos territórios relacionais em que processualmente estas podem vir a ser geradas e activadas.

O debate das questões do *empowerment*, da participação, da constituição de parcerias, da operacionalização dos *saber-fazer* e dos mecanismos avaliativos destes processos neste quadro de leitura das questões habitacionais, do *habitat* e do habitar, ganham sobretudo uma diferente configuração na sua formalização. E por isso, mesmo, também, diferentes exigências na sua operacionalização.

Neste sentido:

- a) a produção de poderes distingue-se formal e processualmente da gestão da sua partilha ou mera contractualização;
- b) a participação inerente à construção e produção processualmente generativa de territórios relacionais distingue-se em pressupostos, atitudes e modalidades de activação de uma participação instrumental ou polarizada em torno de objectos;
- c) uma concepção relacional de territórios em que se jogam posicionamentos relativos dos seus elementos implica uma concepção de inerência democrática ao reconhecimento dos referentes e desses posicionamentos construídos ou ambicionados; estes comportam exigências de formalização estratégica distintas de uma concepção baseada em hierarquias de uso e partilha de poderes entre parceiros;
- d) a concepção comunicacional inerente às exigências de desenvolvimento destes territórios relacionais rege-se por princípios, meios e códigos irreduzíveis a uma concepção de produção de informação e da sua partilha entre quadros organizativos e organizacionais (formais ou não formais);
- e) a gestão das proximidades na construção identitária e produção de autonomias não espelha os mecanismos inerentes a uma gestão de opostos e distâncias, na necessidade de lidar com as diferenças e com o conflito;

⁹ A obtenção de competências à acção individual, se essencial, tem demonstrado, no entanto, mais a sua frustração do que uma automática produção activa de resultados satisfatórios e inovadores, donde a necessidade de reequacionar o desenvolvimento das suas potencialidades no contexto relacional e na processualidade da sua generatividade.

f) o saber-fazer e o fazer numa lógica relacional convida sobretudo à capacidade de gestão de potencialidades à inovação e mudança e à viabilização da efectivação das suas "virtualidades", do que ao recolhimento em instrumentais orientados para o controle da desordem em registos de uma globalização da ordem.

A operacionalização destes desafios numa lógica produtiva de territórios relacionais, enquadra-se, assim e também, nos pressupostos, que se defenderam anteriormente, da sua natureza intervencionável e política. Ou seja, na inovação esperada na produção de poderes e desenvolvimento de autonomias de uma gestão de posicionamentos relativos qualificados na sua leitura dos territórios relacionais, na dimensão projectiva das suas identidades e na efectivação dos seus mecanismos comunicacionais e relacionais.

Neste sentido, a operacionalização da sua dimensão intervencionável não pode ser apenas equacionável ao nível dos poderes públicos, nem estes a podem assumir na indiferença ou minoração da capacidade participativa dos elementos que com eles partilham a construção dos territórios relacionais em que intentam o desenvolvimento da sua intervenção e produção de poderes. Do mesmo modo, a questão do *empowerment*, necessária à sua vitalização, não pode ser reduzida ou localizada apenas ao nível do alargamento participativo da sociedade civil.

Esta linha de raciocínio exige, assim, uma *consciencialização de uma co-produção na operacionalização das acções e dos movimentos interventivos*. Mas ela exige, também, a *sua efectivação ao nível das atitudes e dos comportamentos* que sustentarão a sua própria actividade. Ou seja, exige um entendimento racionalizável da dimensão "intervencionável" das questões da habitação, do *habitat* e do habitar, mas também um entendimento "imaginativo" da sua produção enquanto processos relacionais generativos, passível de construção no quadro desses mesmos territórios relacionais.

Este enunciado sugere, assim, que se uma maior consciencialização do jogo é susceptível de viabilizar uma optimização das estratégias enclaudadas para a sua activação e qualificação, esta necessita, igualmente, de um trabalho orientado

para a sua prestação imaginativa, sobretudo ao nível do desenvolvimento das autonomias relacionais que implicam. Sem este, a efectivação destas autonomias na produção dos poderes que alimentam estes territórios relacionais ficará por certo mais pobre e muito mais perdida em insatisfações e efeitos que apenas a ignorância da força interventiva que todos os elementos acabam por poder exercer nestes territórios relacionais poderá designar de "não esperados".

Obviamente que localizar a operacionalização destas questões ao nível do "imaginário" a que o social se dispõe, torna goradas todas as expectativas de refúgio em instrumentais receituários. Porém o mais valioso instrumental ao apoio de uma acção nestes territórios e à prossecução da sua vocação produtiva de posicionamentos relativos com vista à qualificação e produção de poderes, acaba por se encontrar precisamente no reconhecimento das potencialidades criativas e criadoras da sua natureza relacional e processualmente generativa¹⁰, mesmo quando marcadas por interesses opostos ou lógicas de confronto.

Os instrumentais necessários ao desenvolvimento de autonomias na gestão de identidades e viabilização da comunicação necessária à produção generativa desses poderes, passam assim sobretudo, pela aprendizagem, sempre no gerúndio conjugada, da expressão, e sobretudo, da criação generativa desses mesmos processos. A complexidade instrumental nestes processos poderá apenas residir na sua exigência de gestão de proximidades entre as individualidades e as identidades que estes envolvem, e no reconhecimento, desenvolvimento e legitimação do seu pressuposto de co-produção. Exigências e dificuldades que acabam por se revelar ao nível instrumental, mas que se colocam desde logo, também, ao nível do enunciado de princípios. Donde, também, o reconhecimento da dimensão política (no sentido lacto utilizado neste trabalho) das questões habitacionais se tornar fundamental, por ser esta que na sua conceptualização acaba por viabilizar os instrumentos necessários à efectivação de uma consciência criativa, suportada pela sua exigência visionária. É neste sentido que se pode defender que a abordagem das questões habitacionais, assim como os instrumentais operativos necessários à sua actividade e

¹⁰ Neste aspecto, por exemplo, uma leitura transversal dos estudos apresentados permite evidenciar precisamente que esta natureza criativa e criadora dos processos relacionais se revela de forma muito mais evidente nas iniciativas e movimentos dos actores individuais e colectivos não institucionais. Relativamente, são os actores públicos ou institucionais aqueles que nesta matéria acabam por apresentar maior dificuldades quer na sua produção, quer na sua gestão no quadro dos seus contextos organizativos e operacionais.

qualificação apelam, sobretudo a uma agilização a ser discutida no quadro dos territórios relacionais e nos pressupostos da sua generatividade processual que neles assume não apenas o que "são as coisas", mas os seus valores relativos ancorados nos seus significados e referentes.

Nestes encontros, mas também nos seus desencontros, e nas *exigências da gestão em proximidade das diferenças* que estes comportam, acaba por residir a força criadora e criativa destes processos, ou seja, a força das motivações e vontades à introdução de inovações ou mudanças nos posicionamentos relativos, representados ou

vividos, dos seus elementos participativos. Nestes (des)encontros, também, e nas mudanças e inovações que potenciam, será possível identificar e construir estratégias resistentes à "morte" ou "desestruturação" destes mesmos territórios, ou seja, à (in)satisfação que a sua inércia ou estabilidade acaba por motivar na sua busca de qualificação e capacidade de exercício de cidadanias. A actividade e intervencionalidade destes processos deve, assim, ser procurada nos motivos e nas consequências do bailado dos diferentes movimentos que caracterizam estes processos na resolução dos seus conflitos ou na busca dos seus equilíbrios, mas também, e sobretudo, na sua superação.

Referências Bibliográficas

BONETTI, M. (1998) – *De la Recherche à l'Intervention sociologique: éléments de réflexion sur les fondements de la sociologie urbaine générative*, document provisoire, Paris, CSTB, Laboratoire de Sociologie Urbaine Générative.

FREITAS, M. J. (2001) – *Habitação e Cidadania – no trilho da complexidade de processos relacionais generativos*, dissertação para obtenção do grau de Doutor em Sociologia, Lisboa, ISCTE/LNEC (texto policopiado).

FRIEDMANN, J. (1996) – *Empowerment – Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*, Oeiras, Celta Editora, Col. Geografias, 1.^a ed. (traduzido da edição original de 1992).

GAUDIN, J-P e NOVARINA, G. (Dir.) (1997) – *Politiques publiques et négociation – multipolarités, flexibilités, hiérarchies*, Paris, CNRS Editions, 1.^a ed.

GIDDENS, A. (2000) – *Dualidade da Estrutura*, Oeiras, Celta Editora, 1.^a ed. (traduzido da edição de 1979).

SAEZ, G. (1997) - "Les politiques publiques comme système de coopération: Une lecture de l'approche conventionnaliste à travers H.S.Becker (et quelques autres)" in J-P. GAUDIN e G. NOVARINA (Dir.), *Politiques publiques et négociation – multipolarités, flexibilités, hiérarchies*, Paris, CNRS Editions, 1.^a ed., pp. 19-43.

VERPRAET, G. (1997) – "Structuration sociale et politiques flexibles: Présentation analytique de travaux sur la structuration des politiques publiques (A. Giddens et P-L. Crosta)" in J-P. GAUDIN e G. NOVARINA (Dir.), *Politiques publiques et négociation – multipolarités, flexibilités, hiérarchies*, Paris, CNRS Editions, 1.^a ed., pp. 127-142.